

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (1)

KOSTRZEWSKI — (José). — Les origines de la civilisation polonaise — Pré-histoire — Protohistoire. Tradução de Bernard Hamel.
Presses Universitaires de France. Paris, 1949, 261 gravuras.

Esta obra é um exemplo vivo de quanto pode um ser humano realizar em prol do progresso científico, sob condições as mais desfavoráveis possíveis, desde que seja portador de forte espírito de trabalho, de dinamismo e de amor à ciência. Joséf Kostrzewski preparou sua obra em Klemensówka, perto de Nisko, durante quatro anos e meio, sob a ocupação alemã. E' com pesar que afirma ter podido utilizar-se somente de uma parte da bibliografia necessária, pois esteve sempre afastado do seu gabinete de trabalho e obrigado a se ocultar diante dos alemães "que m'ont recherché jusqu'à la fin de la guerre." Apesar de ter operado em condições tão adversas, Joséf Kostrzewski legou-nos obra que terá lugar proeminente em tôda e qualquer bibliografia sobre o assunto.

Modestamente, o autor assevera ter simplesmente traçado em grandes linhas um quadro de conjunto da civilização polonesa — ou cultura proto-polonesa (material, espiritual e social) — reconstituída de acôrdo com o conhecimento atual resultante de pesquisas nos domínios da pré-história, história, lingüística, etnografia, antropologia, zoologia e botânica.

Por cultura proto-polonesa, o autor entende a cultura "des Polanes, des Slezamiens, des Vislanes, des Mazoviens, des Couyaviens, des Poméranien", e de outras tribos de menor importância, que concorreram para formar a nação polonesa. No espaço abarca tôda a bacia do Oder, assim como a maior parte da bacia do Vístula; no tempo êle se relaciona à época em que as diferentes nações eslavas se diferenciaram da primitiva comunidade proto-eslava, época indo do V ou VI século depois de Cristo até o fim do século XI, isto é, compreendendo o período proto-histórico e mais um século e meio já da história da nação polonesa.

Baseado nos trabalhos de pesquisadores poloneses e alemães, o autor apresenta-nos um quadro completo de tôda a pré-história e parte da história polonesa, numa esplêndida visão de conjunto de tôdas as atividades humanas: economia, habitações, utensílios diversos, armas e outros domínios da vida material, além de aspectos da cultura social e animológica dos grupos estudados.

Melhor do que quaisquer palavras os itens principais extraídos do índice desta excelente obra, dão-nos idéia dos múltiplos aspectos estudados por Joséf Kostrzewski:

Cultura material:

O país e os homens — economia rural; agricultura, pastoreio, pesca, caça, cunha, colonização, construção, alimentação, vestuário, higiene; carpintaria, tecelagem, trabalhos em osso e pedra; cerâmica; objetos de bronze, ouro, estanho, etc.

(1). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (E. Simões de Paula).

Cultura espiritual e intelectual:

Os nomes de lugares; crenças religiosas e magia; culto dos mortos; a fé nos demônios e divindades, o culto público; os começos do Cristianismo, tratamento das doenças, etc.

Cultura social:

Família; organização social e as instituições do Estado; organização do clã; os começos do poder ducal e a criação do Estado Polonês; as classes sociais; administração; tesouro e justiça; o exército; relações culturais com outros povos, etc.

CARLOS DRUMOND.

FROMONT (Pierre). — *Demographie Economique. Les rapports de l'economie et de la population dans le monde*. Payot. Paris, 1947, 222 pp.

Partindo da análise dos complexos problemas suscitados pelas relações entre a Demografia e a Economia, o Prof. Fromont apresenta-nos nesta obra uma tentativa fecunda no sentido de dar àqueles problemas uma unidade nem sempre de fácil apreensão.

Colocando o tema do ponto de vista dos "fatores do problema demográfico", o autor salienta as dificuldades do tratamento do assunto, o que se pode perceber pela simples enumeração daqueles fatores: religioso, político, militar, econômico, humano e fisiológico.

Equacionando as relações entre os aspectos demográficos e econômicos da atividade humana, procura o Autor apreender os estados de equilíbrio que se estabelecem entre múltiplas manifestações de ambos os fenômenos.

Estuda assim, numa 1a. Parte, os "equilíbrios pela variação de volume" da população, considerando em primeiro lugar "o volume da população visto como consequência dos fenômenos econômicos". Salienta então a influência da economia sobre a mortalidade, a nupcialidade e a natalidade, alinhando as diversas teorias existentes sobre o problema. Num ensaio de síntese, indaga o Autor "porque varia a influência exercida pela economia sobre o volume da população?", servindo-se da oportunidade para considerar as hipóteses de um progresso e de uma regressão econômicas.

Conclui a 1a. Parte pela apreciação do "volume da população considerado como causa dos fenômenos econômicos". Neste ponto examina o Autor as hipóteses de uma população crescente opondo a tese pessimista dos economistas clássicos (maltusianismo) à otimista dos sociólogos (Dumont, Durkheim, Dupréél), tratando a seguir da hipótese de uma população estacionária ou decrescente.

A síntese dos problemas envolvidos nessas diversas hipóteses encontra-se na noção de *optimum* da população que o Autor estuda cuidadosamente em alguns de seus principais aspectos.

Numa 2a. Parte, trata o Prof. Fromont dos "equilíbrios por deslocamento". Nesta parte encontra-se a sua contribuição mais original, naquilo que chama de "ensaio de uma teoria geral do fenômeno da migração" e de "ensaio de uma teoria geral do êxodo rural: a lei da população agrícola decrescente".

Numa secção I são estudadas as causas das migrações, destacando-se as causas econômicas. Apreciando essas causas, chega o Autor ao enunciado da seguinte lei: "quando o rendimento real do trabalho considerado em dois lugares apresenta uma diferença superior ao preço do transporte do trabalhador, tende a produzir uma migração de vendedores de trabalho daquele lugar onde o rendimento real é mais baixo para aquele onde é mais elevado."

Depois de focalizar numa secção II os efeitos das migrações, sistematizando a sua seqüência, expõe o Autor a sua teoria geral do êxodo rural. São aqui examinados os principais aspectos do fenómeno, aprofundando-se a análise do mecanismo da lei da população agrícola decrescente para mostrar a peculiaridade da agricultura como actividade económica: a sua maior dependência de factores climáticos e biológicos torna estreitamente inelástica a oferta dos seus produtos, inelasticidade que se estende à própria procura; sendo, geralmente muito elevada a taxa de natalidade da população rural, impõe-se então o êxodo do excedente demográfico economicamente produtivo. Não despreza o Autor a influência do progresso da técnica na intensificação do êxodo rural, o que determinará efeitos favoráveis ou não para o estabelecimento do equilíbrio na distribuição da população de um país pelas zonas rural e urbana.

Conclui o Prof. Fromont, o seu interessante livro, abordando os problemas de uma possível política demográfica científica.

JOSE' FRANCISCO DE CAMARGO.

PEREIRA DA COSTA (F. A.). — *Anais Pernambucanos*. Vol. III: 1635-1665. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952. 542 p.

É com real satisfação que vimos constatando a regularidade com que o Arquivo Público de Pernambuco vem editando os *Anais Pernambucanos* de Francisco Augusto Ferreira da Costa, repositório valioso da história brasileira, cuja publicação ficará como uma das maiores realizações do governo daquele Estado, presidido por Agamenon Magalhães. Receávamos que o falecimento deste ilustre homem público (que, na realidade, nunca esqueceu seu passado de professor de história e de geografia) viesse interromper o empreendimento iniciado, por sua ordem, pelo Arquivo Estadual. Felizmente, tal não aconteceu e mais um volume da obra do cronista pernambucano acaba de vir a público.

Este terceiro volume dos *Anais* compreende os anos de 1635 a 1665. É a hora do estabelecimento do domínio holandês, de seu fastígio e esplendor e, finalmente, a hora máxima de Pernambuco com a sua heróica insurreição e conseqüente expulsão do invasor. Através das páginas deste volume desfila toda uma época heróica, tumultuosa e impregnada da bravura e do carácter pernambucanos. A leitura atenta e meditada dessas páginas — que o governo do Estado retira do silêncio e do ineditismo — revela não só muito pormenor ignorado, como esclarece outros contrvertidos. E ainda uma vez se revela o cabedal de informações e documentos inéditos com que Pereira da Costa ilustrou e fundamentou sua obra de historiógrafo honesto e laborioso.

De acôrdo com o plano, a obra deverá compreender dez volumes de aproximadamente quinhentas páginas. Deve ser louvado não apenas o cuidado gráfico com que o trabalho vem sendo publicado, como também a apresentação uniforme de todos os volumes até agora editados. Digno de registo, neste volume, é a grande cópia de mapas antigos, cuidadosamente reproduzidos, tanto de origem holandesa, como brasileira ou portuguesa.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

PONTES (Carlos). — *Motivos e Aproximações*, Rio de Janeiro, 1953, 237 pp.

O Sr. Carlos Pontes, autor de um importante estudo sobre Tavares Bastos, publicado na Brasileira, pela Companhia Editôra Nacional, em 1939, reúne agora, sob o título — *Motivos e Aproximações* — uma série de in-

interessantes artigos. Sabe o A. atrair a atenção do leitor e o seu trabalho, ao mesmo tempo que instrui, distrai e agrada. Apenas resumiremos alguns dos ensaios para os leitores da *Revista de História*, os três que têm por títulos: “Fontes e Incertezas Euclidianas”, “Anedota Eleitoral” e “A Última Sessão do Velho Senado”.

No primeiro destes ensaios, mostra o A. o quanto Eucildes da Cunha se aproveitou — e mal — da preciosa fonte de informações sobre o Segundo Império que é o precioso livro de Joaquim Nabuco — *Um Estadista do Império*. Do segundo, poderia talvez concluir-se que, até a honestidade política, no Brasil, pode ser obtida graças a uma pia fraude, como diz o A... Refere-se o Sr. Carlos Pontes às esperanças que a lei “Rosa e Silva”, de 1904, teria dado às minorias oposicionistas nos Estados. Conta o A. que Alagoas era então dominada pela oligarquia dos Malta. Certa vez houve eleição e “nesse dia pela manhã surge na repartição dos telégrafos um policial e ali entrega, com todos os exigíveis requisitos de autenticidade, vários telegramas oficiais, como procedentes do palácio do governo e dirigidos aos chefes políticos dos núcleos eleitorais mais importantes do interior do Estado, recom. ndando-lhes que respeitassem a liberdade de voto e apurassem seriamente o resultado das urnas. Um dos destinatários, mais ladino, estranhando a ordem que contrariava combinações anteriores, responde manifestando sua surpresa. Surpreendido de verdade ficou o suposto signatário, que corre à estação telegráfica e verifica a falsidade dos despachos, quando já não era mais possível qualquer providência que permitisse neutralizar os efeitos da ordem apócrifa. Conhecidos no dia seguinte os resultados eleitorais, investem violentos pelos jornais os governistas contra os adversários, acusando-os de haverem em seu proveito falsificado telegramas. Revidam os oposicionistas e lançam por sua vez enérgico repto de honra para que publiquem os despachos a que aludem ou então autorizem a repartição dos telégrafos a fornecer-lhes certidões dos mesmos. Como confessar de público o governo que não seria capaz de procedimento tão democrático e de tal modo elevado que só poderia recomendá-lo, como benemérito, à admiração do país? O melhor alvitre foi encerrar a discussão e silenciar, curtindo na intimidade a irritação.” (pp. 188-189).

Melancólico, e também simbólico, é o último ensaio do interessante trabalho do Sr. Carlos Pontes, “A Última Sessão do Velho Senado”, a de 16 de novembro de 1889. Vamos transcrever aqui as três últimas páginas do livro.

“No dia 15 de novembro, sob a presidência de Paulino de Souza, secretariado pelo Visconde de Taunay e Meira Vasconcelos, os padres conscritos, como se estivessem no melhor dos mundos, distantes int. iramen'te dos acontecimentos que se desenrolavam no Campo de San'Ana, realizam sua segunda sessão preparatória. Lida uma comunicação de Saraiva, recém-chegado da Europa, de achar-se pronto para os trabalhos, o presidente convoca seus pares para nova reunião no dia imediato. A essa mesma hora em que cidadãos assim pacíficos procuravam deliberar pequenas coisas, já havia desabado o trono! No dia 16, não mais existiam razões que justificassem a ignorância dos fatos. A República estava proclamada, e eram de conhecimento de todos os primeiros decretos e as primeiras providências do novo governo.”

.....
.....

“Mas apesar disso, à hora regulamentar, indiferentes a tudo, retomavam os seus trabalhos ordinários, os seguintes senadores: Paulino de Souza, Barão de Mamanguape, Gomes do Amaral, Castro Carreira, Cristiano Ottoni, Visconde de Taunay, Pereira da Silva, Barão de Mamoré, Francisco Corrêa, Fausto de Aguiar, Leão Veloso, Visconde de Jaguaribe, Saraiva, Luiz Filipe, Soares Brandão, Visconde de Serro Frio, Visconde de Cruzeiro e Visconde de Bem Conselho. Com a persistência de velhos fantasmas familiares, que não abandonam as antigas moradas, mesmo em ruínas, aí estavam, pontuais no

vetusto casarão do Conde dos Arcos, aquêles varões austeros, que nada mais tinham a resolver, pois o mundo de ficções em que viveram e ajudaram a criar, e de que se presumiam sólidas colunas, não mais existia; ruira tão facilmente num minuto, não resistindo, como disse Alberto Tôrres, ao simples deslocamento de ar produzido por alguns regimentos em marcha...

.....

.....

No dia 16 de novembro, reunia-se novamente o Senado. "Lida e aprovada a ata da sessão anterior, não havendo expediente, pede a palavra pela ordem o senador pelo Paraná, Manoel Francisco Correa, que diz desejar saber se por algum meio consta à mesa que haja senadores presos. Paulino de Souza, na presidência, informa que nenhuma comunicação possui a mesa, de modo a responder à pergunta do nobre côlega. As notícias que possuía são as publicadas nos jornais, as quais, declara, não cabe repetir daquela cadeira. Fala então, menos reticencioso, o Visconde de Lima Duarte: — Sr. Presidente, V. Excia. acaba de declarar que nada consta oficialmente a respeito dos acontecimentos que se tem dado, a exceção do que referem os jornais. Os jornais, porém, dão conta de acontecimentos gravísimos, e não sei se será conveniente que o Senado tome qualquer providência ou dê qualquer demonstração de seu modo de pensar sobre os fatos que vão ocorrendo.

A essas observações inocentes do senador por Minas Gerais, responde Paulino de Souza, com as sutilezas próprias do seu engenho: — O Senado está em sessão preparatória, que se abre com qualquer numero, ainda que insufficiente para deliberar. Mantenho hoje, como sempre, a estrita legalidade constitucional, e, observando o regimento, como me cumpre, não posso consentir debate que não seja restrito à constituição desta Câmara. Um monge de Bizâncio, discutindo a precedência das Pessoas da Santíssima Trindade, quando já fulgurava o Crescente nos muros da cidade, não demonstrava, por certo, mais perfeito alheamento do perigo!... Por não haver mais nada a tratar, Paulino de Souza, como de praxe, convida calmamente os colegas presentes para se reunirem no dia seguinte, às horas do costume. E no dia seguinte, achando o Governo Provisório que era de mais aquele recreio de mandarins, resolveu pôr-lhe um paradeiro, e collocou uma praça do exército à porta do Velho Senado..." (pp. 233-236).

O livro do Sr. Carlos Pontes é todo assim interessante e suggestivo. Que o A. nos dê outros trabalhos que venham pôr à luz outros aspectos curiosos da nossa história.

J. CRUZ COSTA.

OLIVEIRA (José Teixeira de). — História do Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro, 1951. XVI 502 pp.

Realmente não é tarefa muito fácil escrever a história de qualquer um dos estados do Brasil sem repetir o mesmo plano, as mesmas diretrizes e até os mesmos títulos dos capítulos da história do país. Enfim, sem torná-la mero reflexo da história geral. Talvez porque o plano já está feito e é só enquadrar nele os acontecimentos da história do Espírito Santo ou do Maranhão, talvez pela preocupação, nem sempre muito louvável, de mostrar que este ou aquêles estado foi onde mais se refletiram os episódios da crônica surrada da pobre história brasileira, a verdade é que, com raras exceções, os volumes até agora publicados sobre a história das diversas regiões brasileiras têm, pelo menos, oitenta por cento em comum. E no entanto, quanta individualidade nas histórias de nossos estados! Maior, às vezes, do que se se tratassem de países independentes! Eis um ponto em que o regionalismo histórico é deveras benéfico, pois através dele, quanta coisa podemos tirar dos

arquivos estaduais, que dizem respeito a determinadas regiões do país e que, por isso mesmo, não aparecem nas histórias do Brasil até agora escritas.

Parece que foi com o pensamento neste mesmo ponto de vista que o sr. José Teixeira de Oliveira abalancou-se a escrever uma história do Estado do Espírito Santo. E o fez num alentado tomo de quinhentas páginas, primorosamente impressas, com ilustrações, mapas, transcrições de documentos, notas várias, enfim uma abundante messe de informações sobre a terra capixaba, que começa com a conquista de Ceuta e termina com a constituição de 1947. Não precisaria começar em Ceuta. Bastaria começar com Vasco Fernandes Coutinho. Todavia, não quis o A. deixar de acompanhar o costume bem nosso de preceder qualquer trabalho dum longa introdução, em geral menos necessária do que se pensa. Porém, não serão os dois capítulos introdutórios que irão nos predispor contra o livro do historiador capixaba. Ao contrário, muita coisa nos predisporá a favor e apenas umas poucas poderão suscitar-nos algumas restrições.

O A. compreendeu o caráter regional da história do Espírito Santo, sua individualidade, seu espírito, sua mentalidade, enfim sua história local. Seu livro é uma história do Espírito Santo e não uma história do Brasil adaptada ao Espírito Santo. Este mérito, constatado assim de início, põe o A. a salvo de várias críticas, desarmando o comentarista. Naturalmente, o mérito está, aqui, em função de nossa maneira de encarar a história brasileira. Por certo muitos verão um vício ou defeito de origem justamente onde estamos vendo sua maior qualidade. Embora não estejamos rigidamente de acordo com o método preferido pelo A., seu livro revelou-nos uma história capixaba que praticamente ignorávamos. Pareceu-nos salvar sua preocupação em mostrar o desenvolvimento da civilização material do Espírito Santo. É fato que isto dá ao seu livro um caráter de caleidoscópio, que nem sempre consulta aos interesses do método e da moderna crítica histórica. Mas atendeu aos interesses do A. que foi, entre outros, apresentar um balanço da vida capixaba em quatro séculos. Certamente o livro poderia ser despojado, sem prejuízo algum, de muitas informações que caberiam mais num almanaque, guia turístico ou relatório de valor simplesmente informativo. É bem verdade, que certos assuntos ficaram a exigir um melhor tratamento e ninguém melhor do que sr. Teixeira de Oliveira poderá, ainda, tratá-los. Apenas um exemplo: os problemas da colonização no vale do rio Doce. Lembramos, não faz muito, em nota publicada nesta Revista, a propósito de um livro sobre Blumcnau, que na história do Brasil há temas realmente empolgantes e que vivem a provocar o interesse dos historiadores, sem que até agora algum deles resolvesse aceitar o desafio. Entre eles, os relativos aos problemas de colonização européia, as tentativas de introdução do trabalho livre no século XIX. O historiador capixaba dispendo provavelmente de acesso direto às fontes é o mais indicado para revelar-nos a história social e econômica da colonização alemã em seu estado.

Todavia, o livro do sr. Teixeira de Oliveira deve ser considerado pelo que tem e não pelo que deixa de ter. E pelo que encerra de útil, de correto, de criterioso, de informativo, ficará como um dos melhores trabalhos até agora aparecidos sobre a nossa história local, digna comemoração de importante efeméride há pouco celebrada por aquêlê simpático estado brasileiro.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS